

**LEI Nº 1.228, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1998.**

**DISPÕE SOBRE O CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO  
PROBATÓRIO DE QUE TRATA O INC. 4º DO ART. 41 DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM A REDAÇÃO DADA  
PELA EC Nº 19-98, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

NELSO ANTONIO DALL` AGNOL, Prefeito Municipal de Nova Bassano, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais. FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** O cumprimento do estágio probatório de que trata o inciso 4º do Art. 41 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 05 de junho de 1998, obedecerá ao disposto nesta Lei.

**Art. 2º** Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão, capacidade e desempenho serão objeto de avaliação por Comissão Especial designada para esse fim, com vista à aquisição da estabilidade, observados os seguintes quesitos:

**I** - assiduidade;

**II** - pontualidade;

**III** - disciplina;

**IV** - eficiência;

**V** - responsabilidade;

**VI** - relacionamento.

**I** - É condição para a aquisição da estabilidade a avaliação do desempenho no estágio por Comissão Especial, nos termos deste artigo.

**II** - A avaliação será realizada por trimestre e a cada uma corresponderá um competente boletim.

**Art. 3º** A avaliação do servidor ocorrerá no efetivo exercício do cargo para o qual foi nomeado.

**I** - Os afastamentos legais até trinta dias não prejudicam a avaliação do trimestre.

**II** - Quando os afastamentos, no período considerado, forem superiores a trinta dias, a avaliação do estágio ficará suspensa até o retorno do servidor às suas atribuições, retomando-se a contagem do tempo anterior para efeito do trimestre.

**III** - Os critérios de avaliação estabelecidos neste artigo não se aplicam nos casos específicos de afastamentos motivados por acidentes em serviço, agressão não provocada em serviço, ou moléstias profissionais, quando a pontuação será integral.

**Art. 4º** Três meses antes de findo o período de estágio probatório, a avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou regulamento, será submetida à homologação da autoridade competente, sem prejuízo da continuidade de apuração dos quesitos enumerados nos incisos I a VI do Artigo 2º

**I** - Em todo o processo de avaliação, o servidor deverá ter vista de cada boletim de estágio, podendo se manifestar sobre os itens avaliados pela(s) respectiva(s) chefia(s), devendo apor sua assinatura.

**II** - O servidor que não preencher alguns dos requisitos do estágio probatório deverá receber orientação adequada para que possa corrigir as deficiências.

**III** - Verificado, em qualquer fase do estágio, resultado insatisfatório por três avaliações consecutivas, será processada a exoneração do servidor.

**IV** - Sempre que se concluir pela exoneração do estagiário ser-lhe-á assegurada vista do processo, pelo prazo de cinco dias úteis, para apresentar defesa e indicar as provas que pretenda produzir.

**V** - A defesa, quando apresentada será apreciada em relatório conclusivo, por comissão especialmente designada pelo Prefeito, podendo, também, serem determinadas diligências e ouvidas testemunhas.

**VI** - O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, se era estável, observado o disposto nos artigos 23, incisos 1º, 2º e 3º da Lei Municipal nº 744/92 de 25 de agosto de 1992.

**Art. 5º** O estagiário, quando convocado, deverá participar de todo e qualquer curso específico referente às atividades de seu cargo.

**Art. 6º** Nos casos de cometimento de falta disciplinar, inclusive durante o primeiro e o último trimestres, o estagiário terá a sua responsabilidade apurada através de sindicância ou processo administrativo disciplinar, observadas as normas estatutárias, independente da continuidade da apuração do estágio probatório pela Comissão Especial.

**Art. 7º** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente os artigos 20, 21 e 22 da Lei nº 744/92 de 1992.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BASSANO, aos seis dias do mês de novembro de 1998.

NELSO ANTONIO DALL` AGNOL  
Prefeito Municipal

JOÃO LUIZ ZAJACZKWSKI  
Sec. Munic. Administração

**Nota:** *Este texto não substitui o original.*